

DIGITALIZAÇÃO DA TELEVISÃO EM MOÇAMBIQUE: ESTRATÉGIAS, POLÍTICAS E RECONFIGURAÇÕES

TELEVISION DIGITALIZATION IN MOZAMBIQUE: STRATEGIES, POLICES AND RECONFIGURATIONS

João Miguel

Doutor em Ciências da Comunicação pela UNISNOS; docente da Escola de Comunicação e Artes da Universidade Eduardo Mondlane. Possui livro, artigos científicos e capítulos de livros sobre Economia Política da Comunicação (EPC), matriz teórica onde realiza sua pesquisa.

RESUMO

Faz-se neste artigo a reflexão sobre o fenômeno da digitalização da televisão em Moçambique. Este esforço descritivo e analítico insere-se no âmbito de uma pesquisa que vem sendo desenvolvida desde 2013, na qual se pretendiam alcançar os objectivos seguintes: compreender o que é digitalização da TV e quais as diferenças entre as plataformas analógica e digital; descrever as políticas e as estratégias que o governo de Moçambique está a adotar, desde que anunciou a migração digital; analisar criticamente as ações desenvolvidas e os atores envolvidos no encaminhamento da migração digital; analisar as lógicas subjacentes, os interesses em jogo e averiguar que passos o governo está ou pretende fazer para que a transição ocorra a partir de junho de 2015.

Palavras-chave: Digitalização. Televisão em Moçambique. Estratégias. Acesso à informação.

ABSTRACT

This paper is a reflection about the phenomenon of television digitalization in Mozambique. This descriptive and analytical effort is part of the framework of the research that has been developed since 2013, which pretended to achieve the following objectives: understand what is TV digitalization and what are the differences between analogue and digital platforms; describe the policies and strategies adopted by the government of Mozambique, since the announcing of the digital migration; analyse the underlying logics, the interests at stake and find out which steps the government is or pretends to take to ensure that the transition occurs from June 2015.

Keywords: Digitalization. Television in Mozambique. Strategies. Access to information.

INTRODUÇÃO

Quando se fala de meios de comunicação e desenvolvimento, frequentemente se faz alusão ao papel social da televisão, pois ela é o meio de comunicação de maior cobertura no mundo, quer nos países desenvolvidos, quer nos que se encontram em via de desenvolvimento. Tem uma cobertura ampla e diversificada. Chega aos lares, aos sectores sociais e aos níveis educativos, totalizando horas dedicadas a ver a TV, sem comparação com nenhuma outra indústria cultural. Somente a rádio e a internet, esta última em ascensão, comparte o consumo das indústrias culturais em nossos dias. Em

Moçambique, a realidade não é diferente. Desde a abertura legal, por meio da Lei da Imprensa e a consequente multiplicidade de oferta de produtos comunicacionais, a televisão tornou-se um fator determinante na sociabilidade, ao disponibilizar informação, educação e, sobretudo, entretenimento.

Em menos de um século de sua implantação, a televisão se diversificou de uma forma assombrosa. Junto aos canais de televisão aberta estão os de TV a cabo ou de subscrição, que tem seu maior desenvolvimento mundial na Ásia, especialmente na China e na Índia, países que concentram muita população. No país, a presença da TV Cabo, da DSTV, da Zap TV¹ e da Startimes é a clara ilustração de como esse mercado está em ascensão. Ao mesmo tempo que se expande, a integração da televisão com as inovações tecnológicas tem sido veloz e consistente, pois há uma transição do sinal analógico para a televisão de sinal digital e, dos aparatos pesados e rudimentares para a recepção do sinal em telas dos telefones móveis ou em internet.

A televisão, tal como está a estruturar-se atualmente, requer importantes inversões de capital, para acompanhar as constantes mudanças tecnológicas. Da mesma forma, ela requer uma estrutura de mercado eficiente e uma articulação permanente com as demandas e os gostos das pessoas. Nestas vias, entende-se que o conceito de televisão se expande, apresentando reflexos significativos em sua qualidade e podendo complementarmente trazer lógicas não comerciais e novos conteúdos, inclusive alguns não tradicionais do sistema televisivo. Aqui refere-se, por exemplo, às possibilidades de uso para tele-educação e tele-governo. O novo cenário, que agrega possibilidades interativas e de transmissão simultânea de conteúdos, requer novas soluções e, mais do que isso, inovação nos programas transmitidos, abrindo espaço para novos gêneros e formatos.

Reconhece-se, ainda, que a configuração do mercado de televisão digital projeta-se além dos recursos tecnológicos, dependendo de projetos empresariais, sua incorporação pelos usuários, regulamentação, fiscalização e pressão social por alternativas no rumo do interesse público. Tais preocupações serão basilares para o tipo

1 A DSTV e a Zap TV funcionam no sistema *Direct to Home* - DTH (direto para casa). É uma modalidade de transmissão de informação que encaminha o sinal de TV por assinatura ao ponto de recepção do consumidor, passando os dados pelo satélite e recebidos por receptores, com auxílio de antenas parabólicas (BRITTOS; SIMÕES, 2011).

de análise realizada neste estudo.

É importante perceber as especificidades e similaridades das nações e sua procura por soluções no momento de adoção do sistema de televisão digital. Se mesmo em países ricos, como os Estados Unidos da América, houve dificuldades para que a população migrasse de equipamento com recursos econômicos próprios, em países com distribuição de renda sofrível ou com grandes massas sem acesso a elementos básicos para a sobrevivência humana, como saúde e alimentação, é imprescindível que o governo invista em sistemas que permitam não apenas uma migração a baixo custo, mas que sejam equacionados mecanismos que viabilizem a educação e a distribuição de conteúdos inclusivos, fazendo da TV um lócus da democratização da comunicação e de usos cidadãos, como educação à distância e acesso aos portais governamentais e outros serviços de interesse público.

A análise dessas questões é importante para a pesquisa, sendo fundamental observar o papel da TV nesse contexto. Passados mais de 30 anos de seu surgimento em Moçambique, ela passa por transformações, pois vem sendo afectada, de maneira direta, pela inovação tecnológica. Esta seria, na visão de Schumpeter (1961), a dinâmica fundamental da atividade econômica capitalista, que ocorre não somente com a introdução de novos meios produtivos, mas também pela constituição de diferentes produtos e serviços, tal como formas de organização da produção diversificadas, matéria-prima diferenciada e nichos de mercado (a fim de atingir um público específico). Assim sendo, é imprescindível verificar não apenas o processo de digitalização nesses países, mas, acima de tudo, verificar de que forma esse novo modelo impactará na sociedade e avaliar como serão utilizadas essas novas plataformas, a fim de provocar uma inclusão mais democrática e menos ligada ao poder econômico e político.

Dessa forma, a problemática do estudo buscou por respostas às seguintes questões, refletindo, igualmente, sobre suas relações: O que é digitalização da TV (migração digital)? Qual é a diferença entre as plataformas analógica e digital? Quais são as políticas e os agentes envolvidos nesse processo? Quais são as características do modelo europeu adotado pelo governo de Moçambique? Quais alterações são verificadas, em termos de estratégias midiáticas, do ponto de vista institucional,

comercial, de regulação social, de produção de conteúdo e de relacionamento com os públicos, com a digitalização? O que se modifica, no marco regulatório da rádio e televisão, frente às demandas da convergência digital? Como se processa a convergência, a interatividade e a inclusão digital no âmbito da TV digital, considerando outras modalidades de distribuição de conteúdo televisivo, incluindo a internet e sua expansão, com os programas de universalização? Como é que fica a questão do acesso à informação, tendo em consideração que há muitas pessoas que vinham à margem durante a vigência da plataforma analógica? A digitalização reconfigura a ambiência mediática, afetando a relação televisão e espaço público mediático?

Ao se estabelecerem estas questões preconizava-se alcançar os objectivos seguintes: compreender, em termos conceituais, o processo de digitalização e as diferenças entre as plataformas analógica e digital; analisar as políticas e as estratégias que o governo está a adotar desde que anunciou a migração tecnológica; analisar criticamente as ações desenvolvidas e os atores envolvidos no encaminhamento do processo da migração digital; analisar as lógicas subjacentes aos rumos que a transição está a levar; elencar o que o Governo está ou pretende fazer para que a migração ocorra até 2015, sem que o direito dos cidadãos à informação seja prejudicado ou negativamente afetado; compreender o aspecto econômico da migração tecnológica: informação sobre custos financeiros envolvidos, na perspectiva do Governo, das empresas públicas de comunicação social e do setor privado.

Metodologicamente, o estudo desenvolvido ressaltou o carácter conflituoso e, às vezes, contraditório da convivência em sociedade. Assim, entende-se que a realidade social é essencialmente dinâmica e complexa, já que envolve relações, processos e estruturas de dominação política e apropriação econômica, contexto no qual se produzem movimentos de integração e fragmentação. Esse aspecto já é notável e pode ser visualizado por meio da forma como os agentes políticos e econômicos se movimentam no sentido de obter maior ganho, diante de um processo pouco claro, na maneira como este é conduzido.

Na perspectiva aqui adotada, acredita-se que, para entender os fenômenos comunicacionais contemporâneos, marcados por mercantilização acentuada, uma visão

crítica torna-se fundamental. Isso tampouco significa afirmar o essencialismo, que reduziria todas as práticas a uma única explicação político-econômica. É por isso que neste estudo salientam-se também as lógicas sociais que precisam ser contempladas no processo da migração tecnológica garantindo-se, desta forma, o acesso à informação, requisito imprescindível para a participação democrática.

Adotar este posicionamento significa ir contra uma tendência comum dos tempos atuais, marcados pela fragmentação, conformismo exacerbado e, principalmente, por alguns discursos tenderem a naturalizar situações que dão vantagens a alguns setores da sociedade, negligenciando-se as demandas da maioria das pessoas, principalmente das menos favorecidas.

A partir dessa base, a investigação desenvolveu-se nos seguintes passos:

- Revisão da literatura que versa sobre os conceitos de digitalização, de políticas da comunicação e de direito à informação;
- Revisão de documentos internacionais e nacionais aplicáveis à matéria e verificação de como o processo foi encaminhado em alguns países;
- Análise holística do ponto da situação, mas recorrendo a técnicas como “recorte metodológico” ou “estudo de caso” para o aprofundamento de algumas questões, sobretudo quanto à televisão;
- Entrevistas a pessoas direta ou indiretamente envolvidas no processo;
- Entrevistas a pesquisadores/estudiosos da área;
- Análise de artigos e material audiovisual publicados pela mídia que versa sobre o processo de digitalização.

No eixo teórico desta investigação foram desenvolvidos, no âmbito de suas relações, as noções de digitalização; de políticas de comunicação e de direito à informação. Trata-se de um esforço conceitual inserido nos marcos da Economia Política da Comunicação (EPC). Acredita-se, por um lado, que a compreensão desses aspectos cria condições para que se perceba a complexidade que o fenômeno da migração digital comporta, na sua forma geral. Por outro lado, ao se adotar esta matriz torna-se possível a percepção das estratégias e das táticas que estão a orientar o processo moçambicano de migração digital, dentro de suas características. As bases teóricas da EPC sobre as quais

se apoia este estudo resultam esclarecedoras, porque permitem uma visão holística dos sistemas comunicativos e sociais, que conjugam a revisão evolutiva histórica com a análise dos discursos oficiais, das regulamentações legais e as omissões políticas.

Nesta ótica, a reflexão aqui plasmada permite visualizar as configurações do espaço público midiático moçambicano, que está sendo estabelecido na base da plataforma digital. Assim, uma verificação empírica sobre a implantação da televisão digital terrestre (TDT) resulta frutífera, porque permite comprovar como o processo de transição, na sua fase preparatória, está decorrendo em Moçambique, considerando que o início está previsto para junho de 2015, caso se cumpram as promessas oficiais.

O desenvolvimento desta fundamentação crítica sobre a práxis midiática do país assume uma importância crucial nas atuais sociedades que se pretendem abertas e plurais. Assim, uma sociedade democrática só o será se sua televisão é democrática, se facilita a circulação dos temas de interesse comum, se faz visível os diferentes atores sociais, se enriquece o debate público com as diversas interpretações dos problemas da comunidade e se constrói uma informação conectada com as demandas e expectativas das pessoas. De igual forma, a sociedade é democrática se sua televisão promove a diversidade cultural, renova suas linguagens, estabelece uma conversação criativa com o outro, contrasta o local com o global e conserva sua independência contra todos os poderes (REY, 2009: 99).

Como forma de representação da sociedade, a televisão cumpre um papel definitivo. Uma grande parte do que os cidadãos conhecem e a maneira como conhecem depende dos programas televisivos, mesmo que evidentemente ela não seja a única fonte de interpretação da realidade em sua volta e mesmo que sua incidência não seja onipotente. E, tal como observa Orozco (2000: 16), a televisão tem sido simultaneamente várias televisões: uma televisão-instituição, uma televisão-meio, uma televisão-cultura, uma televisão-linguagem, mas sobretudo uma televisão-mercado e uma televisão-política. A partir de cada uma destas dimensões, a esse meio de comunicação tem interpelado suas audiências desconstruindo crenças e certezas e tem oferecido diversão, informação, ideologia e educação gratuitas a várias gerações em todas as partes do mundo. Assim, compreender as dinâmicas de seu funcionamento torna-se, no âmbito acadêmico, uma necessidade permanente.

SOCIEDADE E NOVAS TECNOLOGIAS

A história das indústrias culturais nos últimos anos tem sido a história das inovações tecnológicas, aplicadas à produção e à circulação de bens e serviços culturais. Em boa medida, a globalização tem sido um fenômeno real, não só porque facilita a circulação dos bens econômicos, mas também porque promoveu a distribuição mundial de bens simbólicos, grande parte deles elaborados precisamente pelas indústrias culturais. A convergência tecnológica é, segundo Rey (2009: 101), uma das realidades que incidem mais diretamente na situação das indústrias culturais nacionais e globais e, vem passando por um momento profundo de sua reconfiguração tecnológica, ao transitar do analógico ao digital. A migração, como sempre acontece, se caracteriza pela permanente tensão entre as oportunidades e riscos. Assim, dependendo das políticas orientadoras do processo migratório, podem ser várias as oportunidades.

As principais vantagens a destacar vinculam-se a uma forte diminuição potencial dos custos, mediante a eliminação de fases na cadeia de valor e sua conseqüente não mediação; o incremento de oferta em termos de quantidade e qualidade; a redução de barreiras de entrada, acompanhadas de novas oportunidades de promoção e venda para pequenos e médios atores; a aparição de novos modelos de negócios e melhores vias de rentabilização de custos; a possibilidade de uma melhor remuneração dos criadores e barateamento simultâneo dos preços; e, finalmente, a aparição de novas possibilidades para a reconfiguração de modelos alternativos de não-mercado, como a relativização da tradição de serviço público e o apoio às redes de intercâmbio (LEIVA, 2008: 31).

Neste novo cenário em constituição, como observa a autora supracitada (2008: 23), as novas tecnologias digitais irão transformar radicalmente as esferas de produção e difusão, barateando custos, aumentando a produtividade do setor e, assim, elevar o número de canais disponíveis, evidenciando com isto o fim da escassez de suportes e frequências. Além destes aspectos, pode igualmente ser destacada a portabilidade, assim como as diversas formas de recepção, naquilo que tem se designado de *pluriTV*.²

² Neologismo que sintetiza a ideia da pluralidade de formas na cadeia de valores da televisão, a partir da digitalização. Considera os aspectos técnicos e também os simbólicos do meio televisão, tendo em vista a inovação tecnológica, as condições de mercado, os processos de regulação, a pressão social e as demandas do consumidor. Destaca tanto a variedade de formas de distribuição como também a

Com todas estas possibilidades, a TDT deixa de ser apenas televisão. Amiúde, quando se faz menção a esta nova plataforma dá-se apenas relevo à televisão em alta definição - HDTV (sigla para *High Definition Television*), referência à resolução de imagem, a qual geralmente é superior a 1920 x 1080 *pixels*, em monitores de proporção 16:9. No entanto, um canal de TDT dispõe de um largura de banda que, com as especificações técnicas adotadas, pode reservar parte de sua capacidade para a transmissão de dados para serviços adicionais à televisão. De fato, este é um segmento muito atrativo em que a TDT tem fortes possibilidades de criação e inovação. Em caso de desenvolver serviços adicionais de utilidades e atrativos que conectem com os interesses do público, isto terá um efeito estimulador da demanda de novos serviços, que estão na base do desenvolvimento da sociedade da informação e do conhecimento (PRADO, 2007: 292).

A TDT está potenciada, segundo este autor, para a prática dos processos de socialização tecnológica e de implementação de mecanismos de participação que, sem dúvida, podem ser muito úteis para conectar a demanda social e introduzir progressivamente os cidadãos aos serviços da sociedade de informação (SI).

Assim, como a televisão hertziana analógica é a modalidade televisiva mais estendida entre a população, é certo pensar que alcançar sua migração ao sistema digital é a forma mais rápida e econômica de uniformizar o acesso aos bens e serviços derivados da digitalização. É justamente em função dessas características técnicas e econômicas que, na visão de Leiva (2008:33), a TDT é assinalada por diversos autores como a modalidade mais adequada para levar adiante esta migração. O fim da escassez de frequências e a redução de custos permitem uma potencial multiplicação de vozes. O aumento da qualidade de produto final e sua interatividade podem mudar qualitativamente a fruição do telespectador, e sua convergência com outros meios possibilita um mundo quase ilimitado de serviços que transcendem a tradicional comunicação mediada e reinventa as práticas comunicativas. Esses recursos, no entanto, dependem da maneira como a plataforma é moldada.

Existem outros tipos de aproveitamento como a tele-banca, o comércio eletrônico em geral, as loterias e as apostas. Por contraste, podem identificar-se serviços cujo fim

multiplicidade de monitores de recepção de conteúdos televisivos, envolvendo ainda a ampliação dos formatos de audiovisuais para serem dispostos no meio e o desenvolvimento de novas formas de consumo (BRITTOS; SIMÕES, 2011).

visa não conseguir uma transação comercial, mesmo que não necessariamente escapem de toda a pressão mercantil que pesa sobre eles. Entre estes encontram-se, por exemplo, o governo eletrônico (informação dos diversos níveis da administração, tramitações e até votação eletrônica), a educação eletrônica ou a distância (aulas virtuais, material de apoio), o trabalho e a telemedicina (LEIVA, 2008: 46).

Em relação com a interatividade alcançada e também em relação direta com a programação televisiva, encontram-se aqueles serviços que convergem mais ou menos fortemente com outros. A este respeito, Leiva (2008: 46) destaca o correio eletrônico, o *chat*, as mensagens para dispositivos móveis, os telefones (“mãos livres”), a videoconferência, o acesso personalizado a jornais e livros eletrônicos e internet (navegação, downloads, etc.).

Entretanto, os desenvolvimentos que estão a ter lugar no novo contexto digital, guiados por uma forte lógica mercantil, colocam de manifesto riscos muito concretos que ameaçam cristalizar, em termos digitais, o aprofundamento da comercialização da cultura e comunicação (LEIVA, 2008: 31). Há um perigo de uma concepção determinista e economicista da sociedade de informação (SI), que constrói esquizofrenicamente um sujeito livre graças as novas TIC, mas que na prática o reduz a um simples consumidor. Isto se traduz em sua ausência, não só nas instâncias de produção e difusão digital, como também e fundamentalmente no debate e na definição de políticas.

POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO E O PROCESSO DA DIGITALIZAÇÃO DA TV NO PAÍS

Beltrán (1980: 4) define política da comunicação como “um conjunto de normas integradas e duradouras para reger a conduta de todo o sistema de comunicação do país, entendendo por sistema a totalidade das atividades de comunicação massiva ou não massiva. Grebe (1987: 10), por sua vez, considera que esta deve ser entendida como um conjunto integrado, explícito, duradouro e harmonizadas num corpo coerente de princípios e normas, dirigidas a guiar a conduta das instituições especializadas no manejo do processo geral da comunicação de um país. Quando se diz políticas de comunicação não se refere unicamente às ações que o governo desenvolve explicitamente neste

campo, mas ao conjunto de práticas que constituem o sistema de comunicação social vigente num país, e que são práticas deduzíveis das concepções, valorações e ritualidades do conjunto da sociedade civil.

Se política é uma ação comum planejada em função de um objetivo, uma política de comunicação distingue-se das ações isoladas de pequenos grupos dentro de um grupo maior. Isto é, não serão as ações isoladas, mesmo que proféticas e anunciadoras do novo, que determinam a política de todo o grupo, mas o conjunto das ações majoritárias deste mesmo grupo (GOMES, 2001: 10).

A comunicação só pode ser livre quando um preciso e integrado repertório de políticas e normas permite que a sociedade realize um desenvolvimento democrático por meio de recursos comunicativos disponíveis. Esse desenvolvimento democrático é o que possibilita, por sua vez, que a comunicação se crie e canalize em condições realmente livres e plurais. O desenvolvimento democrático de uma sociedade, segundo Madariaga e outros (2008: 16), implica que seus cidadãos encontrem nos meios de comunicação tanto um acesso livre e estável a informação veraz, quanto a possibilidade de participar na produção dos conteúdos que estes canalizam.

Em relação a Moçambique, ao refletir sobre a migração digital, organismos da sociedade civil postulam mudanças nas políticas que atualmente conduzem o processo, de modo a imprimir maior transparência.

Políticas de comunicação e culturais, segundo Leiva (2008: 36), são as ações e as omissões das instâncias estatais, que de acordo com as concepções e legitimações de cada sociedade, em um dado momento histórico, determinam ou orientam a criação, produção, difusão e consumo de produtos comunicacionais ou culturais. Já que em sua evolução histórica as indústrias culturais têm estado vinculadas, de maneira direta ou indireta, a atividade do Estado.

A partir dessas premissas considera-se pertinente perguntar: Para que serve a tecnologia? Quais são seus ganhos fundamentais em termos de democracia, de pluralismo e diversidade, de enriquecimento autêntico da oferta de criações simbólicas e de redistribuição e acesso à SI?

O Centro de Integridade Pública-CIP (2011) fez referência ao duplo papel do Estado no processo da digitalização da televisão. No contra relógio, o governo de Moçambique

está a conduzir o processo jogando dois papéis distintos em simultâneo. Segundo esta entidade, o governo adiantou-se em apadrinhar o interesse privado e, ao mesmo tempo, estava gerindo, *em banho maria*, o interesse público que deveria estar em primeiro lugar.

Em cumprimento das recomendações de organismos internacionais, tais como a União Internacional das Telecomunicações (UIT), a Associação da Radiodifusão da África Austral (SADIBA) e a Associação das Autoridades Reguladoras do Sector das Comunicações da África Austral (CRASA), o Governo deveria preparar os mecanismos de transição, tal como os demais países deveriam fazê-lo ou já vinham fazendo.

Neste contexto, e no seguimento da decisão do Conselho de Ministros, no dia 7 de Fevereiro de 2011, foi criada, por meio do despacho do Ministro dos Transportes e Comunicações, a Comissão Nacional para a Migração Digital (COMID) para definição de premissas que orientariam a migração digital em Moçambique, bem como planejar e coordenar o respectivo processo. Quanto aos objetivos desta comissão, tem-se as seguintes definições:

- Elaborar a estratégia da migração digital em Moçambique;
- Definir os processos, os instrumentos legais, o papel dos intervenientes;
- Elaborar o plano de implementação da migração da radiodifusão do analógico para o digital, até 2013 (esta foi uma data recomendada pela SADC, no sentido de que até 2013 este processo deveria estar concluído, para se corrigir possíveis disfuncionalidades);
- Definir os parâmetros técnicos e administrativos do processo de radiodifusão em Moçambique.

Ao longo do processo do trabalho da elaboração da estratégias, cujo *draft* já foi concluído, foram contempladas algumas atribuições, nomeadamente: promover a discussão da estratégia da migração, com os operadores e a sociedade civil; coordenar as atividades junto das comissões congêneres da SADC; promover a reflexão sobre o modelo de financiamento da migração; criar um eficiente mecanismo de divulgação de informação sobre a migração digital.

Entretanto, tal como refere o CIP, em paralelo a este processo conduzido pelo

Instituto Nacional de Comunicações de Moçambique (INCM),³ o negócio entre a Startimes, uma firma chinesa e a Focus 21, holding da família Guebuza (antigo presidente da República, que governou o país entre 2004 e 2014) estava a consumir-se. A Startimes–Moçambique que resultou dessa fusão é presidida por Valentina Guebuza. Assim, esta *joint venture* de capitais moçambicanos e chineses anunciou na altura que iria investir 140 milhões de dólares na digitalização da televisão. Pretendia com isso, segundo Miguel (2013), liderar o processo de conversão do sinal analógico para o digital. Posteriormente, em 2014, esta empresa foi concessionada a montar a infraestrutura para a TV digital.

De acordo com as declarações do governo, a concessão desse projeto à Startimes, sem licitação, resultou da condição apresentada pelo Exim Bank da China, entidade financiadora, que deverá desembolsar 300 milhões de dólares americanos, valor orçado para a consumação da transição. A demora na alocação deste fundo, devido a questões de ordem burocrática, constitui-se como um dos fatores do não cumprimento do cronograma da migração.

Um dos aspectos dignos de realce, referentes à digitalização, de modo geral, é o interesse de outros *players* por este negócio. Em Moçambique não é diferente. Assim, aos atores tradicionais da cadeia de valor televisivo (*agentes comunicacionais*⁴), como a rede de difusão, as cadeias de televisão, os anunciantes, os usuários, etc., juntam-se aqui novos atores indispensáveis. Trata-se, segundo Bustamante (2008: 36), dos fabricantes de eletrônica de consumo, para os quais a digitalização geral supõe um negócio multimilionário de colossais proporções; dos fabricantes e montadores de antenas que devem adequar os edifícios e vivendas e, sobretudo, do Estado, em todos os seus níveis, que deve organizar, planificar e culminar o apagão analógico. Este jogo, acrescenta este autor, consuma-se na mescla e confusão dos discursos e estratégias públicas e privadas, propósitos comunicativos e sociais que camuflam, não poucas vezes, os objetivos

3 O Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique (INCM) – Autoridade Reguladora dos Sectores Postal e de Telecomunicações (criado pelo Decreto n.º 22/92, de 10 de Setembro) tem por finalidade regular e fiscalizar o setor das comunicações, bem como a gestão do espectro de frequências radioelétricas. A instituição conta hoje com mais de 100 trabalhadores, distribuídos pela sede (Maputo) e Delegações Regionais Centro (Beira) e Norte (Nampula).

4 Entidades que atuam e dirigem os meios de comunicação, como emissoras de televisão aberta, operadoras de TV por assinatura, produtores, programadores, entre outros. Pode-se incluir também as empresas de telecomunicações, como as operadoras de telefonia fixa e móvel, que buscam entrar no mercado de televisão, fornecedores de equipamentos, associações e instituições de ensino (BRITTOS; SIMÕES, 2011).

industriais e econômicos e palavras altruístas que ocultam os grandes interesses presentes.

Em termos de implicações sociais da migração digital, no contexto moçambicano, a questão não pode apenas estar circunscrita, como se tem verificado, ao *set top box* (STB), conversor externo de sinal televisivo para ser acoplado a um monitor. É a partir dele que o sinal é convertido a analógico e encaminhado aos televisores que não dispõem de recepção digital. Existem outros aspectos que precisam ser levados em conta, por exemplo, a preparação de cidadãos para que possam fazer o uso efetivo das novas tecnologias, naquilo que Ojeda-Castañeda (2008: 85) chama de *alfabetização digital e formação cidadã*.

A alfabetização digital é uma proposta indispensável de formação para o ser humano que permite – além da pura obtenção de conhecimentos, competências, capacidades, destrezas ou habilidades para o manejo operativo de mecanismos, instrumentos ou linguagens tecnológicos de comunicação digital -, a possibilidade comunicativas, reconhecendo o contexto social de onde se realiza e desde uma criativa posição cidadã reflexiva e crítica (...).

A formação cidadã é uma atitude permanente das pessoas que convivem em sociedade e que permite – além da simples apropriação e seguimento de atitudes, condutas e comportamentos individuais e sociais estabelecidos por uma colectividade, de comum acordo -, a possibilidade de aceder com uma ampla liberdade equidade as distintas formas democráticas de participação e expressão coletiva que existam em sua comunidade.

de entender e gerar mensagens

Se é reconhecido que as tecnologias de informação e comunicação (TICs) podem lograr um mundo melhor, contribuindo para reduzir a pobreza, melhorar a prestação de serviços de educação e cuidados sanitários e facilitar o acesso aos poderes públicos, então é fundamental que estes aspectos sejam devidamente equacionados. Da mesma forma, se o acesso à informação é um direito fundamental na SI, então é necessário que toda a humanidade tenha acesso às vantagens e aos direitos que emanam dela. A liberdade de receber informações e opiniões e de difundir-las, sem limitação de fronteiras, por qualquer meio de expressão é um direito fundamental enunciado no artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU.

Assim, é preciso concordar com Ojeda-Castañeda (2008: 93) que a alfabetização

digital para a formação cidadã, ou vice-versa, se converte em um eixo central das ações que devem ser finalizadas. Isso tampouco significa limitar-se à pura tecnologia, mas trata-se de examinar sobre de que maneira utilizam-se e normatizam-se as TICs. Trata-se, enfim, como sublinha o autor, de definir e superar as dificuldades que afrontam a construção de sociedade da informação e comunicação, a partir de uma perspectiva humana.

Resulta daí que as ações implementadas no âmbito da digitalização não podem negligenciar esse tipo de apropriação da tecnologia. Cingir os debates apenas em aspectos econômicos e tecnológicos não é suficiente. É necessário que a população conheça os custos e benefícios da transição. Entretanto, a maioria dos moçambicanos é analfabeta em matéria de migração digital.

A DIGITALIZAÇÃO DA TV NO CONTEXTO INTERNACIONAL

No contexto internacional, a digitalização da televisão tem sido encarada de diversas formas. Os Estados Unidos é o país pioneiro, em escala mundial, a lançar em 1996-1997, a transição planificada para o todo digital. Em países com uma penetração majoritária do cabo para a televisão, como os Estados Unidos ou Alemanha, e em pequenos países, como Bélgica, Holanda, Irlanda ou Suíça, que contam com sociedades mais interessadas no acesso à internet nas residências, a transição da TDT é importante, mas secundária. De maneira diferente ao que acontece nesses países, a TDT mantém seu impacto majoritário em nações onde a televisão hertziana mantém quotas amplamente dominantes de acesso da população, como o Reino Unido, França, Portugal, Itália e Espanha. Entretanto, a Pay TV, por cabo ou via satélite, se mantém sobre uma terça parte da população. A necessidade de transição, segundo Tornero e outros (2007: 37-38), também se revela fundamental em países nos quais esses suportes alternativos, a televisão paga, apresentam percentagens minúsculas sobre o total de residências, como sucede com todos os países latino-americanos, com escassas exceções (Argentina e Panamá).

Do exposto, constata-se que nos países desenvolvidos a digitalização e, em

consequência, a extensão dos serviços da SI se constituem fundamentalmente no contexto da modernização do cabo ou do satélite, de forma que a transição para a TDT mantém um papel marginal, como estender a setores minoritários da sociedade os benefícios de uma oferta televisiva multicanal e multisserviços (TORNERO; LAQUET; MOYANO; et. al., 2007: 37-38).

Nos países com acesso minoritário à televisão paga e baixos níveis de digitalização televisiva, combinada com uma menor conexão à internet nas residências, concretamente de banda larga, a TDT adquire todo seu valor emblemático, no que diz respeito ao direito de acesso universal da SI.

No cenário regional da África Austral, o processo de passagem do analógico ao digital segue tendências diversas, consoante as dinâmicas das políticas públicas e de acordo com as possibilidades económicas e tecnológicas de cada nação. Entretanto, há um esforço, por parte desses países, de harmonização de políticas e regulamentos. Nesse âmbito, foi criada a Associação dos Reguladores das Comunicações da África Austral (CRASA), depois da fusão entre a Associação dos Reguladores das Comunicações da África Austral e a Associação dos Reguladores dos Serviços Postais da África Austral (SAPRA), em 2011. A Associação dos Reguladores resultante realizou a sua primeira reunião anual geral em abril de 2012.

Foram também dados passos significativos na implementação do Quadro Estratégico da e-SADC, em 2010, adotado pelos ministros responsáveis pelas TIC da SADC. Em 2011, foram iniciadas duas atividades importantes, que foram validadas em 2012. O Quadro Legal Harmonizado sobre Segurança Cibernética da SADC foi validado em fevereiro de 2012, enquanto o estudo sobre prontidão para o e-Comércio foi concluído e validado em abril de 2012.

Em outubro de 2011, a SADC organizou o Terceiro Fórum Regional sobre a Migração para a Transmissão Digital, cujo objetivo principal era rever o Roteiro para a Migração para a Transmissão Digital da SADC para 2013, levando em conta as decisões tomadas pelos Ministros de TIC durante a reunião especial realizada em novembro de 2010. O fórum decidiu manter a data de transição da SADC em dezembro de 2013. O fórum também produziu as seguintes recomendações:

- deve ser criado um Gabinete de Gestão do Projecto, junto do Secretariado da

SADC, dotado de um Perito em Transmissão Digital, para liderar o processo de migração dentro do prazo fixado pela SADC de 2013 e do prazo internacional fixado para 2015;

- deve ser criado um Comité Directivo composto por representantes de todos os Estados Membros da SADC;
- deve ser convocado um fórum sobre a Migração para a Transmissão Digital duas vezes por ano, até à migração em 2015;
- a reunião também produziu um plano de ação para ser implementado pelos Estados Membros e supervisionado pelo Secretariado da SADC.⁵

Dos 14 países da SADC poucos são os que deram passos significativos rumo ao *switch-off*. As Ilhas Maurícias são a única nação que sempre esteve na dianteira, mas a África do Sul, a Tanzânia e o Botswana⁶ estão avançados no processo. Na sua maioria, os países desta região escolheram o sistema europeu DVB-T2, exceto Angola e Botswana que, *remando contra a maré*, adotaram o modelo nipo-brasileiro, o Integrated System Digital Broadcasting-Terrestrial (ISDB-T). Esta opção pode em tese ter suas consequências. Sucede que os diferentes modelos digitais são incompatíveis, o que significa que a adoção de padrões diferentes pode dificultar a troca de informação entre a maioria dos países da região e estas duas nações, ou seja, este posicionamento pode constituir um entrave ao comércio regional de produtos eletrônicos. Um aparelho, televisor ou rádio, fabricado para funcionar num sinal digital europeu não pode ser usado num sinal nipônico-brasileiro. Acontece o mesmo em relação aos sistemas americano e chinês.

Entre os países lusófonos, Brasil e Portugal já estão dentro do processo de transição a caminho do desligamento. No país da América Latina o funcionamento simultâneo das duas plataformas, analógica e digital, teve início em 2007. Passados sete anos, ainda há aspectos por serem verificados para a consumação do processo. Em Portugal, a migração teve início em janeiro de 2012 e, de acordo com as previsões, deveria

5 COMUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL. *Relatório do Secretário Executivo*. Gaborone, Agosto 2011-Julho 2012.

6 No ato de lançamento da TDT neste país, em julho de 2013, esteve presente o então Ministro de Ciência e Tecnologia (MCT) de Moçambique, Louis Pelembe. Era objetivo do dirigente colher experiências positivas daquela nação para seu aproveitamento no processo de transição moçambicano, não obstante a diferença dos sistemas.

se estender até abril do mesmo ano. As dificuldades foram além das expectativas da entidade pela transição. As reclamações foram muitas no início dessa fase da televisão lusa, a começar pela ausência de sinal em algumas regiões (as chamadas *zonas de sombra*) até a pouca oferta de canais e serviços, o que contrastava com alguns dos princípios básicos da plataforma digital de TV.

Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), no que diz respeito a este movimento, encontram-se em situações similares, exceto a Guiné Bissau que, por motivos de convulsões políticas que caracterizaram o país, nos últimos tempos, está ainda sem definições claras sobre a transição. De forma geral, foram criadas, nesses países, as comissões nacionais para o efeito; de igual forma foram desenhadas as estratégias e, em alguns casos, já foram concessionadas as empresas para montar a infraestrutura da TDT. Em relação aos prazos, todos afirmam que em junho de 2015 iniciam o processo de desligamento do sinal analógico.

Em Moçambique, o processo vem-se desenhando desde 2006, quando o governo anunciou a migração tecnológica na radiodifusão do país até 2015, prazo intransponível de acordo com a União Internacional das Telecomunicações (UIT), entidade internacional que supervisiona a área, contando com financiamento da Organização das Nações Unidas para a Ciências, Educação e Cultura (UNESCO), organização de que Moçambique é membro. Entretanto, a partir de 2013, de acordo com promessa da Startimes, estariam em funcionamento os dois sistemas: o analógico e o digital. Entretanto, isto não se efetivou.

Em janeiro de 2011, o Conselho de Ministros deliberou e decidiu adotar o padrão europeu de televisão digital (Digital Vídeo Broadcasting – DVB-T2). Trata-se do desdobramento do DVB, Sigla para *Digital Video Broadcasting*, que é o sistema desenvolvido pela *The European Launching Group for Digital Video Broadcasting* (ELG-DVB), adotado na União Europeia, a partir daí sendo incorporado por outros países. Além deste modelo, existem outros como o *Advanced Television System committee* (ATSC), sistema utilizado pelos Estados Unidos e absorvido por outros países. Foi desenvolvido pelo governo norte-americano por meio de um consórcio do qual participaram operadoras de televisão, fornecedores de equipamentos, associações e instituições de ensino. Encontra-se igualmente o *Integrated Services Digital Broadcasting* (ISBD), que é o sistema de

televisão digital implantado no Japão, o qual deriva do padrão europeu e foi desenvolvido pelo governo nipônico em cooperação com as empresas Mitsubishi, LG, Toyota, Seha e Semp Toshiba. E, ainda, o *Digital Multimedia Broadcasting* (DMB), que é o sistema chinês de televisão digital em funcionamento, o qual foi adotado pela República Popular da China, Hong Kong e Macau.

Para o transporte e distribuição do sinal digital será criada uma operadora (multiplexação) pública, pois as empresas televisivas públicas e privadas se responsabilizam apenas pela produção de conteúdos.

Desde o início da discussão sobre a digitalização da radiodifusão no país, o Brasil tinha mostrado a sua intenção de transferir o seu modelo, o SBTVD-T, *Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre*. Sistema adotado pelo governo brasileiro para a transmissão de sinal digital de televisão aberta. Tem por base, como foi referenciado acima, o sistema japonês, o ISDB. Esse desejo de expandir o modelo foi expresso por meio de uma carta-compromisso, dirigida ao executivo moçambicano. Este país havia também garantido a doação de laboratórios para a produção de material audiovisual, bem como fornecimento de recursos humanos brasileiros e capacitação de quadros nacionais para o processo de implementação da radiodifusão digital, caso Moçambique optasse pelo modelo nipo-brasileiro. Da mesma forma, o governo brasileiro procurou persuadir outros países africanos a adotarem o padrão de TV digital nipo-brasileiro e estimava que 17 países do continente poderiam escolher o modelo. Efetivamente isto não aconteceu, já que o lobby europeu entrou em ação e acabou influenciando a escolha do DVB-T2 por parte da maioria das nações.

Um aspecto relativo ao processo de digitalização da televisão no Brasil que é digno de ser referenciado é a forma como adaptaram o modelo japonês para se adequar às exigências de sua realidade. Para isso, foi desenvolvido o *Ginga*, um *Middleware* moldado para uso nos televisores digitais, que permite o processamento de conteúdos interativos. Este dispositivo tecnológico foi desenvolvido pelos laboratórios Telemídia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e LAViD, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e trata-se de um *software* livre. São usos como esses que poderiam estar em pauta nas discussões sobre a migração digital em Moçambique. Entretanto, considerando que, se forem cumpridas as datas, o *switch-off* deve acontecer em junho de

2015, porém, pairam muitas dúvidas sobre os reais custos e benefícios da adoção da nova plataforma.

A MÍDIA E OS DISCURSOS SOBRE A DIGITALIZAÇÃO

A cobertura que a mídia tem realizado, sobre a temática da digitalização da televisão reflete as tendências editoriais de cada empresa. Por um lado, situa-se aquele setor mediático cuja tendência é manifestamente favorável ao governo. É o caso, por exemplo, da Televisão de Moçambique (TVM), da Rádio Moçambique (RM) e do Jornal Notícias. Como não poderia ser diferente, esses órgãos estão alinhados acriticamente com os discursos oficiais da migração digital. Em contrapartida, posicionam-se as empresas cujos interesses não estão diretamente vinculados aos agentes governamentais. É o caso da SOICO Televisão (STV), da Televisão Independente de Moçambique (TIM), dos jornais Savana e Canal de Moçambique que têm apresentado um ponto de vista tanto quanto crítico, em relação aos contornos que o processo da digitalização assume. No caso da STV e da TIM, tratando-se de um assunto que diretamente lhes diz respeito, considerando que a migração do analógico ao digital reconfigura sua práxis, é de esperar que tenham interesse maior em agendar nos seus canais este tema. No entanto, ainda não há um posicionamento claro destas operadoras em relação aos passos que devem ser dados para a concretização da migração digital.

Uma das estratégias que o governo utilizou, no momento aceso das discussões sobre a não licitação para a montagem da infraestrutura da plataforma digital, foi cooptar a STV, evitando, dessa forma, a veiculação, pelo menos do ponto de vista institucional, de opiniões não abonatórias às ações do executivo no âmbito da transição. Nesse cenário, foi evidente a movimentação de executivos da empresa e membros do governo. A visita do presidente do conselho de administração do grupo SOICO, em novembro de 2014, à sede da Huawei, empresa chinesa de tecnologia, pode ser inserida nesse *namoro*. A maneira como esta empresa passou a se posicionar, a partir daquele momento, tornou-se menos crítica e mais coadunada com o discurso oficial do Ministério dos Transportes e Comunicações e, mais precisamente, do INCM.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de passagem do sistema analógico para o digital, na televisão do país, vem se desenrolando desde 2006, considerando o momento em que oficialmente foi anunciada a transição, em cumprimento das recomendações da UIT. Entretanto, durante muito tempo não houve nenhuma ação visível executada na sequência da proclamação. Isso viria a acontecer em 2011, quando o Conselho de Ministros deliberou e decidiu adotar o padrão europeu de televisão digital, o DVB – T2. O mesmo aconteceu com a maioria das nações da SADAC que também enveredaram pelo mesmo caminho, exceto algumas que, *remando contra a maré*, optaram pelo ISDB-T.

No mesmo ano de 2011 foi criada a Comissão Nacional para a Migração Digital (COMID). A partir de então o fenômeno de digitalização da TV passou a interessar alguns setores da sociedade moçambicana, principalmente aquelas ligadas à comunicação. Nesse contexto, a mídia passou, paulatinamente, a pautar assuntos relacionados com a temática. Em 2014, o governo concessionou, sem licitação (tal como preceituado na legislação), o projeto de montagem da infraestrutura para a TV digital à Startimes. A atitude do poder executivo foi polêmica e criou um debate público sem precedentes no âmbito das políticas de comunicação do país.

Outro aspecto que mereceu larga discussão estava relacionado ao acesso à informação e à alfabetização da população para a nova tecnologia, requisitos que também deveriam ser equacionados no desenho das políticas e das estratégias de migração digital. Só para ilustrar quão importante é necessário de prover as pessoas de informação, pode-se citar o episódio dos aparelhos de TV plasma. Nos últimos tempos, em função do barateamento desses, houve muitas pessoas que adquiriram, convencidas de que tais aparelhos estavam apropriados para receber o sinal digital. Não há o conhecimento de que, depois do *switch-off*, esses receptores vão precisar do STB para captar o sinal.

Olhando para este cenário e considerando todas as ações e todos os atores envolvidos, fica evidente que a digitalização da TV está sendo encaminhada em meio a muitos interesses, principalmente os de tipo econômico. A entrada de agentes extra mídia no negócio da migração tecnológica é um dado comprovativo dessa tendência. Os

interesses públicos e privados parecem estar promiscuamente misturados, fato que pode estar associado à falta de políticas claras, de regulamentação adequada, aspectos que deveriam anteceder todos os passos a serem dados no processo de transição. A própria estratégia, desenhada pelo COMID, foi tornada pública (*draft*) enquanto o processo estava em curso, abrindo-se, assim, espaços para desconfianças de que tudo estava sendo feito para favorecer objetivos particulares que, desde 2010, vinham sendo *costurados*.

REFERÊNCIAS

BRITTOS, Valério Cruz; SIMÕES, Denis Gerson. ***Para entender a TV digital: tecnologia, economia e sociedade no século XXI***. São Paulo: Intercom, 2011.

BUSTAMANTE, Enrique; FRANQUET, Rosa; LEYVA, María Trinidad García; LÓPEZ, Xosé; PEREIRA, Xosé. ***Alternativas en los medios de comunicación digitales: televisión, radio, prensa, revistas culturales y cualidad de la democracia***. Barcelona: Gedisa, 2008.

CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. ***O duplo papel do Governo na migração da radiodifusão do analógico para o digital***. Maputo, CIP Newsletter n. 11, abril 2011.

LEIVA, María Trinidad García. ***Políticas públicas y televisión digital: el caso de la TDT en España y el Reino Unido***. Madrid: Loureiro, 2008.

MADARIAGA, José Maria García de; CALVI, Juan C.; FERNÁNDEZ, Fernando Tucho; GONZÁLEZ, Miriam Meda (Ed). ***Políticas de comunicación en España y Latinoamérica: medios, convencionales, tercer sector audiovisual y alfabetización digital***. Madrid: Dykinson, 2008.

MIGUEL, João. ***Economia política da televisão moçambicana***. Maputo: CEC, 2013.

OJEDA-CASTAÑEDA, Gerardo. Brecha y alfabetización digital en la formación ciudadana. In: MADARIAGA, José Maria García de; CALVI, Juan C.; FERNÁNDEZ, Fernando Tucho; GONZÁLEZ, Miriam Meda (Ed.). ***Políticas de comunicación en España y Latinoamérica: medios, convencionales, tercer sector audiovisual y alfabetización digital***. Madrid: Dykinson, 2008. p. 85-94.

OROZCO, Guillermo. ***Historias de la televisión en América Latina***. Barcelona: Gedisa, 2000.

PRADO, Emili. La televisión local: entre o limbo regulatorio y la esperanza digital. p. 249-

300. In: TORNERO, José Manuel Pérez; LLAQUET, Purificación; MOYANO, María Adela, et. al. **Alternativas a la televisión actual**. Barcelona: Gedisa, 2007.

REY, Germán. **Industrias culturales, creatividad y desarrollo**. Madrid: Artes Gráficas Palermo, 2009.

SCHUMPETER, Joseph. O processo da destruição criadora. In: _____. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. p. 103-109.

TORNERO, José Manuel Pérez; LLAQUET, Purificación; MOYANO, María Adela, et. al. **Alternativas a la televisión actual**. Barcelona: Gedisa, 2007.